



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

BRASILIA
2015



CADERNO DE DICAS da 76ª SBEn

A Enfermagem vem se solidificando à luz de uma base humanística, revigorando seus valores, mudando fatos que moldam e dão forma à sua prática, buscando constantemente o significado a existência do ser humano, no cuidado com a pessoa e com a vida. Esta visão que, gradativamente, vem se concretizando no fazer da enfermagem não constitui fato isolado e descontextualizado. É através de uma análise histórica que se obtêm informações dessas conjunturas. Verificamos que a dimensão educativa proposta pela academia, ao longo dos anos, tem estimulado reflexões e indagações sobre a natureza e os contornos do trabalho científico, desafiando os enfermeiros a manter a consciência de que é preciso cuidar numa perspectiva humana e científica e para que este propósito seja vislumbrado é necessário manter-se atualizado. A competência profissional surge como um processo de construção, do desejo de crescer e de empreender, sendo que o melhor caminho é o contínuo aperfeiçoamento, porque somos seres inacabados e nos encontramos em constante desenvolvimento. É necessário produzir conhecimentos que instrumentalizem o processo de tomada de decisões e a luta da categoria por condições adequadas de trabalho, por padrões éticos e de um perfil da força de trabalho esperado para o desempenho profissional seguro da enfermagem e do usuário dos serviços de saúde. O espaço de produção e disseminação de conhecimento é fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos. O enfermeiro tem um compromisso moral de estar atualizado e capacitado para cuidar de maneira segura e qualificada, pois vivemos um tempo de constantes mudanças e convocação a um maior protagonismo dos grupos organizados da sociedade civil na construção das novas etapas da história do cuidado de enfermagem. O trabalho da Enfermagem transcorre de forma coletiva e em conjunto com outros profissionais da área de saúde. Tem como base um saber consolidado que busca subsidiar o como agir no dia a dia, além de apontar estratégias, para o enfrentamento de desafios constantes de sua prática profissional. Falar da Enfermagem como trabalho e profissão nos reporta a atitudes de fortalecer conquistas e ser capaz de captar o emergente. Nesta conjuntura, devemos defender o direito a vida, à saúde e a qualidade do cuidado prestado, bem como a valorização da profissão orientada pelo agir ético e pelo exercício do pensamento crítico. É necessário que os profissionais de enfermagem assumam o protagonismo no âmbito da saúde e na sociedade como um todo, desvelando uma profissão que pensa, age e defende um modelo de organização do trabalho que considera o direito à saúde para o conjunto da população e o provimento de ações tecnicamente competentes e protetoras dos direitos dos usuários. É preciso considerar, ainda, os múltiplos sujeitos envolvidos no trabalho coletivo em saúde, os diferentes profissionais e as diferenças individuais e culturais que se apresentam nas múltiplas e desafiantes situações cotidianas de trabalho.

Margarita Ana Rubin Unicovsky

Coordenadora Nacional da 76ª SBEn



DIRETORIA ABEn NACIONAL - GESTÃO 2013- 2016

Presidente

Angela Maria Alvarez

Vice-presidente

Lucília de Fátima Santana Jardim

Secretária Geral

Zulmira Maria Barroso da Costa

Primeira Secretária

Juliana Conceição Dias Garcez

Primeira Tesoureira

Juliana Vieira De Araujo Sandri

Segunda Tesoureira

Maria Aparecida Santana

Diretora Científico Cultural

Margarita Ana Rubin Unicovsky

Diretor de Assuntos Profissionais

Marcos Antonio Gomes Brandão

Diretora de Educação

Leila Bernarda Donato Gottems

Diretora de Comunicação Social e Publicações

Maria Marcia Bachion

Diretora do CEPEn

Regina Aparecida Garcia De Lima



Conselheiras Fiscais

Maria Geralda Gomes Aguiar

Sheila Saint Clair Da S. Teodósio

Sonia Acioli De Oliveira

Coordenador/es de Departamentos Científicos

Atenção Primária à Saúde e Saúde da Família

Carmen Cristina Moura Dos Santos

Enfermagem Gerontológica

Sandra Helena Isse Polaro

Enfermagem em Saúde Mental

Elizabeth Esperidião Cardozo

História da Enfermagem

Antonio José de Almeida Filho



PRESIDENTES DAS SEÇÕES E REGIONAIS - GESTÃO 2013- 2016

SEÇÃO/ REGIONAL	PRESIDENTES
Alagoas	Lenira Maria Wanderley Santos de Almeida
Amazonas	Sandra Greice Becker
Bahia	Tânia Neves Bulcão
Ceará	Eucléa Gomes Vale
Distrito Federal	Oswaldo Peralta Bonetti
Espirito Santo	Marcia Valéria de Souza Almeida
Goiás	Patricia Antunes de Moraes
Maranhão	Luis Fernando Bogéa Pereira
Mato Grosso	Rosa Maria Bottosso
Mato Grosso do Sul	Vânia Paula Stolte Rodrigues
Minas Gerais	Kenia Lara Silva
Pará	Elizabeth Teixeira
Paraíba	Lenilma Bento de Araujo Meneses
Paraná	Denise Faucz Kletemberg
Pernambuco	Maria da Penha Carlos de Sá
Piauí	Amália de Oliveira Carvalho
Rio de Janeiro	Sonia Maria Alves
Rio Grande do Norte	Francisca Nazaré Liberalino
Rio Grande do Sul	Joel Rolim Mancia
Santa Catarina	Maria Ligia dos Reis Bellaguarda
São Paulo	Ariadne da Silva Fonseca
Sergipe	Maria da Pureza Ramos de Santa Rosa
Tocantins	Joseane Araujo Franco
Campinas	Maria Sylvia T.G. Vergilio
Feira de Santana	Evanilda Souza de Santana Carvalho
Itajubá	Valdinéa Luiz Hertel



Niterói

Elaine Antunes Cortez

Ribeirão Preto

Soraia Assad Nasbine Rabe

Rio Grande

Rosemary Silva da Silveira

Uberaba

Divanice Contim

Volta Redonda

Sonia Maria Sabino



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	08
2. ORGANIZAÇÃO	08
2.1. Coordenação	09
2.2. Período de Realização	09
2.3. Planejamento.....	09
3. DESENVOLVIMENTO.....	10
4. DIVULGAÇÃO	11
5. RELATÓRIO SÍNTESE.....	12
5.1. Seções e Regionais.....	12
5.2. Nacional.....	13
6. TEXTO BASE	13
6.1. Indicações de leitura.....	19
7. ANEXOS	
Anexo I	20
Anexo II	21
Anexo III	23
Anexo IV.....	24



1. APRESENTAÇÃO

A 76ª Semana Brasileira de Enfermagem (SBEEn) é promovida pela Associação Brasileira de Enfermagem – Nacional, suas Seções, Regionais e Núcleos, coordenada por uma comissão nacional e por comissão local. No ano de 2015, realizar-se-á em todo o país, no período de 12 a 20 de maio de 2015, tendo como tema central: ***A enfermagem em defesa do SUS: construindo a 15ª Conferência Nacional de Saúde***

O tema será o eixo articulador em torno do qual se desenvolverá uma diversificada programação, implementada por meio de conferências, simpósios, oficinas, exposições, rodas de conversas, atividades comunitárias, entre outras atividades, direcionadas aos trabalhadores e estudantes de enfermagem, além de outros trabalhadores da saúde e segmentos interessados.

Em todas as oportunidades, incluir na programação a divulgação do vídeo institucional, que compõe o *kit* da 76ª Semana Brasileira de Enfermagem, encaminhando uma cópia para cada regional e Núcleo.

Buscando colaborar para o aprofundamento das discussões, apresentamos na sequência sugestões de planejamento, organização e avaliação da 76ª SBEEn (anexos I, II e III), texto base relacionados a temática.

O conjunto das atividades desenvolvidas em todo o país será consolidado em Relatório Síntese pela Coordenação Nacional e divulgado para todas as Seções, Regionais e Instituições afins.

Acreditando na organização, vontade e criatividade dos trabalhadores e estudantes da Enfermagem Brasileira, espera-se que a 76ª SBEEn seja resultado da construção coletiva destes segmentos e represente uma contribuição concreta para os anseios profissionais no cuidado à saúde e no cotidiano do trabalho.

2. ORGANIZAÇÃO

A organização da 76ª SBEEn dar-se-á por meio de uma Coordenação Nacional, articulada com as comissões das Seções e Regionais, que serão responsáveis por desenvolver no período de 12 a 20 de maio, uma programação planejada, procurando envolver amplamente os setores organizados da categoria.



2.1 Coordenação

A 76ª SBEEn contará com uma Comissão Coordenadora, formalizada pelas Diretoras Científico Cultural de Seções e Regionais, a quem caberá o planejamento, a execução e avaliação das atividades da Semana e a elaboração do RELATÓRIO SÍNTESE, que deverá ser encaminhado à Coordenação Nacional, 30 dias após a finalização das atividades.

Recomenda-se para a constituição das Comissões locais, a participação de profissionais, docentes e estudantes de enfermagem de todas as áreas: gestão, assistência, ensino e pesquisa.

2.2 Período de Realização

A Semana Brasileira de Enfermagem, atividade anual da ABEn, tornou-se parte do patrimônio cultural desta entidade. Foi instituída pela Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1940, tendo como idealizadora a então Diretora Laís Netto dos Reys. Sua realização ocorre de 12 a 20 de maio, sendo que no dia 12 de maio comemora-se o Dia Internacional da Enfermeira. No Brasil, em 1960, o então Presidente Juscelino Kubitschek assinou o Decreto 48.202, oficializando a “Semana da Enfermagem”.

2.3 Planejamento

O planejamento da 76ª SBEEn deve ser participativo, com o envolvimento amplo dos associados da ABEn. Recomenda-se, conforme a realidade de cada Estado, a articulação com Escolas de Enfermagem, serviços de saúde, autarquias, sindicatos de saúde/enfermagem e diretórios acadêmicos, a realização de programação conjunta, garantindo-se que a coordenação e os créditos do evento sejam da ABEn. As demais entidades se articulam e aparecem na documentação oficial como apoiadoras do evento.

Sugere-se a mobilização pelos diferentes meios, dentro da realidade de cada Seção e Regional, com convites personalizados e chamados em murais, jornais, boletins, folhetos, rádio, televisão e outros meios.

Considera-se importante o envio de convites para as responsáveis técnicas de enfermagem de serviços hospitalares e gerentes de Unidades básicas de saúde e de Enfermagem, direções de escolas de graduação, pós-graduação e de nível médio, diretorias de sindicatos e associações da categoria e da área de saúde, conselhos de saúde e entidades estudantis.

Após definida, a programação deverá ser amplamente divulgada e enviada à Coordenação Nacional da Semana Brasileira de Enfermagem, Diretoria Científica Cultural da ABEn Nacional.

3. DESENVOLVIMENTO

A programação deverá priorizar a discussão do tema central da 76ª SBEEn, ***A enfermagem em defesa do SUS: construindo a 15ª Conferência Nacional de Saúde*** enfocando o cuidado como componente essencial para a vida. Compreender o valor do cuidado de enfermagem requer uma concepção ética que contemple a vida como um bem valioso em si, começando pela valorização da própria vida para respeitar a do outro em sua complexidade, suas escolhas, inclusive a escolha da enfermagem como uma profissão.

Tentar, sempre que possível, contar com a participação de palestrantes e colaboradores enfermeiros, profissionais e estudiosos dessa temática.

A programação deverá contemplar atividades diversificadas, em conformidade com as condições de cada Seção e Regional, tais como: oficinas, seminários, teatros, feiras, gincanas, agendas nos conselhos estaduais e municipais de saúde, expedientes nos poderes legislativos distrital, estaduais e municipais, lideranças locais e outros espaços comunitários.

O vídeo institucional alusivo aos 85 anos da entidade deverá ser usado na Sessão de Abertura da 76ª SBEEn, para ressaltar a trajetória de compromisso social, participação e luta da ABEn com o desenvolvimento de políticas para a educação, assistência e ciência de enfermagem brasileira. Destacar a articulação da entidade com os movimentos sociais, próprios da profissão e da sociedade, em geral.

Outras estratégias se relacionam a:

- a) Escolha de locais para a realização de atividades: sempre que possível, optar por locais de fácil acesso e sem ônus para a entidade.
- b) Busca de apoio e obtenção de recursos financeiros e materiais junto a órgãos governamentais e não governamentais.
- c) Organização, a partir dos contatos realizados, de arquivo de nomes, endereços e telefones de pessoas e entidades que apoiaram as atividades realizadas.

4. DIVULGAÇÃO

É de fundamental importância a utilização de todos os meios de comunicação existentes em cada localidade, como: sites institucionais, rádio, televisão, jornais, quadro de avisos, de âmbito geral e específico – universidades, escolas, sindicatos, conselhos, entre outros.



Sugerimos as seguintes estratégias:

- Enviar aos meios de comunicação, diretorias de escolas de enfermagem, chefias de enfermagem de serviços de saúde, material de divulgação contendo: *folder* com a apresentação da 76ª SBEn, a programação local planejada, os nomes da equipe de Coordenação e seus contatos.
- Preparar *release* para os meios de comunicação, contemplando as principais questões relacionadas ao tema em destaque, em cada localidade e na atuação de Enfermagem (trabalho de profissionais, estudantes, entidades de classe, serviços e escolas).
- Contatar representantes de entidades nacionais, estaduais e municipais, governamentais ou não, na área de saúde e afins, para se pronunciarem sobre a importância do tema e do trabalho da Enfermagem. Para isso, deve-se subsidiá-los com dados atualizados, cópias de textos e relatos de experiências representativas do compromisso da Enfermagem com a discussão do tema: ***A enfermagem em defesa do SUS: construindo a 15ª Conferencia Nacional de Saúde .***
- Solicitar, aos editores dos meios de comunicação e representantes institucionais, espaços para entrevistas e debates sobre a temática, com antecedência de no mínimo 15 dias. Providenciar, com antecedência de 30 dias, o envio da programação a todos os associados da Seção e Regional e serviços de saúde e escolas de Enfermagem da região.
- Enviar programação, texto de referência e material de divulgação para governadores, prefeitos, comissão de saúde das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, parlamentares, secretários municipais e gerentes de serviços de saúde e educação, presidentes de conselhos de saúde, entidades de classe e estudantis, convidando-os para participar dos eventos programados. Telefonar e confirmar recebimento do material enviado, reforçando o convite pessoal para a solenidade de abertura e demais atividades.
- Solicitar aos setores de comunicação social das principais agências bancárias, companhias de água, Luz e telefone, instituições de saúde (Ministério, Secretarias, CONASS, CONASEMS, COSEMS,
- Sindicatos, etc), a impressão nas contas, extratos, contracheques, comunicações interna e outros expedientes, da seguinte mensagem: **“76ª Semana Brasileira de Enfermagem-12 a 20 de maio**



de 2015: *A enfermagem em defesa do SUS: construindo a 15ª Conferencia Nacional de Saúde*

- A ABEn Nacional disponibilizará o site da semana no portal de eventos da entidade, para divulgar a programação da 76ª Semana Brasileira de Enfermagem em todo o país, incluindo texto de referência e bibliografia.
- Normas para inscrição de trabalhos: Os trabalhos deverão ser encaminhados a Seção ou Regional de origem, sob a forma de resumo simples (150 a 300 palavras) ou resumo expandido (1.000 a 1.200 palavras); qualquer que seja a modalidade escolhida, a totalidade de palavras do resumo incluirá o título, introdução, objetivos, descrição metodológica, resultados, conclusão, contribuições / implicações para a Enfermagem e referências (no máximo de cinco (5), no estilo Vancouver). O texto deverá ser digitado sem parágrafos, de acordo com a norma culta e a nova ortografia da língua portuguesa; fonte Times New Roman 12; espaço simples entre linhas; margens superior e esquerda - 3,0 cm, margens inferior e direita – 2,0 cm. **Não incluir figuras, tabelas ou quadros.**
- O título completo deverá ser escrito em letras maiúsculas, com recuo de 2 cm da margem esquerda. Na linha seguinte, deverão constar os nomes completos dos autores, sublinhando-se o nome do relator.
- O modelo de certificado do evento estará disponibilizado no site da ABEn.

5. RELATÓRIO SÍNTESE

5.1 Seções e Regionais

Para a elaboração do relatório síntese da Seção ou Regional recomenda-se o preenchimento do relatório de cada atividade desenvolvida, conforme modelo e instrução em anexo, bem como, o envio do relatório à Coordenação Nacional **até 01/07/15.**

5.2 Nacional

A Coordenação Nacional elaborará, a partir dos relatórios das Seções e Regionais, o Relatório Síntese final, para apresentação no CONABEn de 2015, e composição do Relatório Anual de Atividades da entidade.



6. TEXTO BASE

A ENFERMAGEM EM DEFESA DO SUS: CONSTRUINDO A 15ª CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE

Sonia Acioli

Helena Leal David

Juliana Garcez

INTRODUÇÃO

A Enfermagem tem se apresentado como a área da saúde que congrega o maior contingente de trabalhadores vinculados ao sistema Único de Saúde (SUS), tendo participado junto aos movimentos sociais e grupos profissionais dos processos de construção do SUS. Compõe um grupo profissional que historicamente tem ajudado tanto através do cuidado direto a população, quanto no planejamento da organização da atenção à saúde e da constituição do sistema público de saúde. Portanto, o tema da 76ª Semana Brasileira de Enfermagem, apresenta-se como uma convocação a todos os profissionais da enfermagem para retomarmos a luta em torno do que é inegociável em relação à manutenção do sistema público de saúde e do direito à saúde.

Nesse sentido, a Associação Brasileira de Enfermagem reconhece a importância de discutirmos os aspectos que envolvem a manutenção da saúde pública no Brasil e por isso convida a todos os profissionais de enfermagem, estudantes e docentes a participarem dos debates voltados a 15ª Conferencia Nacional de Saúde (15ª CNS) que se realizará de 23 a 26 de novembro de 2015 em Brasília-DF, e terá como tema e eixo: "Saúde Pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: Direito do Povo Brasileiro". O Decreto Presidencial convocando a 15ª CNS prevê as realizações das etapas municipais e estaduais da Conferência; 09 de abril a 15 de julho as etapas municipais e 16 de julho a 30 de setembro as estaduais.

A seguir apresentaremos um breve histórico das Conferências Nacionais de Saúde, de modo a contextualizar a importância da 15ª Conferencia Nacional de Saúde.

Há 74 anos, em 1941 aconteceu a primeira conferência nacional de saúde que foi realizada em conjunto com a primeira conferência nacional de educação, momento em que o mundo acabava de assistir a segunda guerra mundial e o povo brasileiro a criação do salário mínimo. O Presidente da República na época era Getúlio Vargas, e através da Lei nº378 de janeiro de 1937 criou as conferências de saúde, porém somente em 1941, através do Decreto 8.089 esta foi efetivada.



Ao longo dos anos, a população brasileira viveu várias mudanças no setor saúde e com a Constituição da República de 1988, a saúde passou a ser reconhecida como um direito social cabendo ao Estado o dever de garanti-la. A população brasileira passou a ter direito universal a saúde de forma integral e gratuita em todo território nacional, tendo, posteriormente, este direito regulamentado através da Lei Orgânica da Saúde, aprovada em 19 de setembro de 1990 (Lei 8.080/90). Tendo sofrido vetos do então presidente da República, esta lei foi complementada posteriormente, em 28 de dezembro de 1990, pela Lei 8.142/80.

A Lei 8.080/90 dispõe sobre as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. A lei 8.142/90 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

A criação do SUS foi produto de um grande e contínuo processo de mobilização social, lutas e esforços de vários grupos sociais, e, ainda hoje exige constante engajamento e participação para que o ideal que norteou essa busca não se perca. Realizar uma política nacional que objetiva garantir a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes é um grande desafio para gestores, prestadores de serviços, trabalhadores e usuários.

A criação da Lei 8.142 de 1990 veio para garantir a participação da população nos conselhos e conferências de saúde. As conferências se constituem em espaços de debates, espaços para pensar e apontar soluções para os problemas de saúde no seu sentido amplo. Nesses espaços, os grupos sociais organizados se articulam em busca de garantir os seus interesses e atendimento as suas necessidades de saúde, além de construir consensos em torno das formas de organização da atenção à saúde. Essa construção deve começar ainda nas pequenas comunidades, nos municípios com a realização das conferências municipais de saúde e, posteriormente, com os representantes legais indicados para as conferências estaduais de saúde, os delegados de cada estado, nas categorias de usuários, profissionais de saúde e gestores, são indicados para a Conferência Nacional de Saúde.

Durante toda a história das conferências, que somam 14, foram debatidos os seguintes temas: Situação sanitária e assistencial dos estados; Legislação referente à higiene e a segurança do trabalho; Descentralização na área da saúde; Recursos humanos para atividades em saúde; Implantação do sistema único de saúde com desdobramentos no programa materno-infantil, sistema nacional de vigilância epidemiológica, programa de controle de grades endemias, programa de extensão das ações de saúde as populações rurais; Situação de grandes endemias, operacionalização dos novos diplomas legais básicos aprovados pelo governo federal em matéria de saúde, Interiorização dos serviços de saúde e política nacional de saúde; Extensão das ações de saúde por meio dos serviços básicos e, em 1986, na 8ª Conferência com os temas Saúde como direito, reformulação do sistema nacional de saúde e financiamento setorial. A partir de então os temas versaram sobre; Municipalização a caminho; Saúde,



Cidadania e políticas públicas, Gestão e organização dos serviços de saúde, Controle social na saúde, Financiamento da saúde, Recursos humanos para saúde e Atenção integral a saúde; Efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção a saúde com controle social; Saúde: um direito de todos e dever do estado; A saúde que temos o SUS que queremos; Saúde e qualidade de vida: política de estado e desenvolvimento e, por fim na 14ª conferência Todos usam o SUS! SUS na seguridade social - Política pública, patrimônio do povo brasileiro. Pode-se perceber nesse grande conjunto de temas a preocupação permanente com a reafirmação dos princípios do SUS, quais sejam: universalização da atenção à saúde, equidade, participação, descentralização político-administrativa e integralidade e ainda com a consolidação do nosso sistema público de saúde.

Assim, a politização do debate sobre o sistema de saúde que temos e queremos vem sendo marcado pela defesa do acesso universal à saúde como direito, em contraposição a outras perspectivas macro e micro-estruturais que defendem desde a total desregulação estatal das ações de saúde, até formas híbridas de relacionamento entre o setor público e estatal e o setor privado da saúde, como é o caso da chamada "dupla porta de entrada" em hospitais públicos que também ofertam serviços privados, mas sem a garantia de equidade no acesso, e utilizando-se da força de trabalho dos servidores públicos.

Atualmente a Enfermagem está representada pela ABEn no processo de construção da 15ª Conferência Nacional de Saúde, como entidade membro da plenária do Conselho Nacional de Saúde. As conferências municipais e estaduais serão espaços importantes de construção e sistematização nos quais, ressalta-se a importância da participação da enfermagem como grupo profissional que atua de modo efetivo na saúde pública brasileira.

SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE, CUIDADO DE QUALIDADE E DIREITO À SAÚDE

Ainda que tenhamos avançado na efetivação de uma saúde pública de qualidade persistem princípios e diretrizes, ainda não efetivamente cumpridos e apesar dos avanços através da organização de redes de atenção à saúde, faz-se necessário enfrentar dificuldades como o financiamento, a gestão do trabalho, a incorporação da participação popular, dentre outros.

Conforme PAIM (1913,125):

“A Reforma Sanitária Brasileira não se restringia apenas a uma reforma do setor saúde. O SUS, como um dos componentes centrais desse projeto de reforma social, pautava-se num conjunto de princípios e diretrizes fundamentais para a democratização da saúde, da sociedade, do poder público e da cultura. Presentemente, podemos afirmar que, nas últimas décadas, foram dados passos importantes para a participação social e a universalidade. Já em relação à equidade e à integralidade, os passos foram mais tímidos.”



Para além dos desafios que envolvem a efetivação da legislação do SUS, a questão do financiamento em relação aos investimentos em infraestrutura do sistema público de saúde, e a realização de práticas de cuidado integrais com participação da população, existe como pano de fundo a luta para manter um sistema de saúde que apresenta um projeto político contrário a muitos interesses econômicos e de cunho absolutamente socializante.

Apresentam-se no cenário nacional vários desafios que colocam em cheque o projeto político do SUS e, conseqüentemente, a proposta de uma saúde pública de qualidade.

As análises realizadas recentemente por organizações como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) têm evidenciado – e, sobretudo, denunciado - sérias ameaças recentes à institucionalidade do projeto democrático e universal de saúde que vem se consolidando via Sistema Único de Saúde. Essas ameaças se apresentam a partir de um contexto de exacerbação da crise econômica e política, que tem apoio de grupos políticos que desejam manter a ordem hegemônica, na defesa de relações sociais marcadas por um capitalismo predatório.

Segundo a ABRASCO, a proposta de alteração da Constituição Brasileira por meio da Proposta de Emenda Constitucional /PEC A 451 de 2014, apesar de reafirmar o direito fundamental do trabalhador à assistência médica, retira do Estado este dever na sua integralidade, ao afirmar ser dever do empregador prover o acesso à saúde, abrindo à iniciativa privada mais do que uma participação complementar. A PEC A 451 de autoria do deputado Eduardo Cunha, altera o art. 7º da Constituição, inserindo um novo inciso que vincula aos empregadores o acesso aos serviços de saúde rompendo, portanto, com o disposto no art. 196 que explicita a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Em documento divulgado pelo CEBES analisa-se essa proposta dizendo que: (...) “Por esse rumo, o Brasil está desmontando o SUS e fortalecendo o setor privado dos planos de saúde, de modo pior ainda do que os tempos do INAMPS quando o trabalhador dispunha do seguro de saúde próprio que era gerido pelo Estado. Agora o mercado opera ainda mais livremente, consolidando o tratamento de saúde como uma mercadoria”.

Neste cenário, é fundamental lembrarmos que o direito universal à saúde pressupõe que todos os cidadãos podem ser cuidados pelos serviços de saúde públicos, tendo atendidas suas necessidades de saúde de modo resolutivo e integral, sem que haja necessidade de nenhum tipo de pagamento.

Esse foi um direito conquistado, que precisamos manter, e pelo qual ainda precisamos lutar. Vale lembrar que, na tradição de engajamento político, humano e técnico da enfermagem como prática social, alinhar-se com as lutas que visam ampliar e garantir direitos é, na história da profissão, uma marca importante na atuação de enfermeiros em todo o mundo



Urge, portanto, a retomada do sentido de luta social pela saúde, com vistas à construção de relações sociais mais justas, menos predatórias, para que possamos realizar uma saúde pública e um cuidado de qualidade.

Nessa perspectiva, não há como falarmos em cuidado de qualidade sem uma compreensão ampliada dos processos saúde-doença-cuidado, lembrando que a saúde é resultante das condições de vida da população. Isto significa a garantia pelo Estado do acesso universal, em todos os níveis, aos serviços e ações de saúde, de acordo com as necessidades de saúde da população.

Como construção social, o SUS se associa a projetos e visões de mundo que propõem relações sociais e de trabalho igualitárias, logo, defender o SUS é necessariamente entrar em um campo de disputas acerca dos projetos de saúde e das formas de garanti-los, distribuí-los e sustentá-los. Para tal, faz-se necessário a explicitação dos interesses envolvidos, por parte dos atores responsáveis pelas diversas ações e projetos que conformam a política nacional de saúde, sejam estes, os gestores, as instituições formadoras em diálogo com os segmentos e movimentos sociais de caráter popular.

Desse modo, relacionamos algumas temáticas as quais consideramos como fundamentais a serem incorporadas ao debate, tendo como pano de fundo o conceito ampliado e o direito à saúde: Repercussões na relação pública x privado na assistência e na gestão do trabalho de enfermagem; Formação de nível médio e superior de enfermagem: estamos trocando qualidade por quantidade? O profissional de enfermagem na relação com o usuário, a família e a coletividade; Escuta, diálogo e educação popular nas práticas de cuidado de enfermagem. Esses e outros temas fazem parte do conjunto de questões a serem aprofundadas durante a Semana Brasileira de Enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de judicialização da saúde, em que os cidadãos buscam no Ministério Público e no Judiciário, caminhos para atendimento do direito à saúde, tempos de ampliação da Atenção Primária em território nacional, tempos de criação de uma política nacional de educação popular em saúde (PNEPS), e outras tantas conquistas, consideramos este como um momento estratégico na reafirmação dos princípios e diretrizes da reforma sanitária brasileira.

Nesse sentido, faz-se necessário entender a conferência com uma oportunidade de construção de uma agenda propositiva da enfermagem brasileira em apoio aos movimentos que buscam afirmar o direito à saúde. Para isso, apresentamos algumas ideias e propostas a serem debatidas nos espaços de atuação da enfermagem e que possam contribuir para a qualificação dos debates voltados a conferência nacional de saúde, a qual chamamos de 'Saúde com Enfermagem em defesa do SUS'.



São elas:

- Desenvolver estratégias junto às instancias formadoras de fortalecimento de projetos pedagógicos voltados para o SUS;
- Construir práticas de cuidado de enfermagem promotoras de saúde e cidadania que incorporem os saberes da população envolvida;
- Apoiar sistemas de financiamento do SUS que não coloquem em risco a universalidade, a integralidade da atenção e o caráter público do sistema de saúde;
- Reafirmar junto às instituições de ensino sua capacidade de formação crítica através de ações de ensino, pesquisa e extensão a partir de práticas pedagógicas que se articulem aos processos de trabalho em experiências que partilhem e problematizem a realidade de saúde de saúde nos níveis locais.

Por fim, parece-nos que a articulação entre competência técnica e competência política deve ser resgatada pelos profissionais de saúde, e especialmente pelos profissionais de enfermagem no cotidiano das práticas de atenção à saúde de modo a participar da defesa do SUS e do direito à saúde. É preciso apoiar a consolidação do SUS como sistema único e universal, com financiamento estatal e gestão pública que garanta a oferta de serviços e cuidados integrais e de qualidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 setembro de 1990. Estabelece as diretrizes e funcionamento de saúde. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

_____. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

_____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dispõe da nova organização do Ministério da Educação e Saúde pública. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

_____. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

_____. Decreto nº 8.089, de 22 de outubro de 1941. Estabeleceu datas para a realização da 1º Conferencia Nacional de Educação e 1º Conferência Nacional de Saúde, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.



_____. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretriz para organização da rede de atenção à saúde no âmbito do SUS. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

CAMPOS, G.W. **Reforma política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão?** Ciência & Saúde Coletiva, 12(2):301-306,2007.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). **Tese para a 15ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, Saúde não é negócio nem mercadoria, é direito de cidadania.** Publicado em 08/04/2015. cebes.org.br/2015.

GIOVANELLA, L. *et al.* (Orgs.) **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

PAIM, J.S. **O que é o SUS.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Titulações dos autores

Sonia Acioli

Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde. Doutora em Saúde Coletiva. Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem em Saúde Pública e do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Conselheira Fiscal da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn nacional gestão 2013-2016.

Helena Leal S. David

Enfermeira. Mestre e Doutora em Saúde Pública. Professora Associada do Departamento de Enfermagem em Saúde Pública e do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Diretora da Faculdade de Enfermagem da UERJ – gestão 2012-2016.

Juliana Garcez

Enfermeira. Mestre em Enfermagem, Especialista em Saúde da Família. Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Coordenadora do Curso de Enfermagem da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ). Secretária da ABEn nacional gestão 2013-2016.

6.1. Indicações de leitura

6.1.1 – Carta da 14ª Conferência Nacional de Saúde: <http://is.gd/sPIIXR>

6.1.2 – CEBES – Centro Brasileiro de Estudo de Saúde: cebes.org.br

6.1.3 – Conselho.saude.gov.br/14cs/docs/04_dez_carta_final.pdf.

6.1.4 – Video sobre a 15ª Conferência Nacional de Saúde: <http://is.gd/c1XPJY>



7. ANEXOS

ANEXO I: Modelo de Relatório de Atividades da 76ª SBEEn

Instruções:

- Providenciar cópias dos impressos de relatórios de atividades em número suficiente para registrar todas as atividades preparatórias e de desenvolvimento da 76ª SBEEn.
- Preencher uma folha de relatório para cada atividade desenvolvida, como: reuniões de organização, elaboração de material de divulgação, visitas e contatos realizados.
- No item 2, buscar registrar, além do número médio de participantes, a representação aproximada, em percentuais, da categoria dos sócios efetivos, especiais e outros.
- No item 3, nominar as pessoas e entidades que colaboraram nas atividades, registrando o endereço e telefone de contato.
- No item 8, sugerir como ampliar a participação e melhorar a realização das atividades na próxima SBEEn.



ANEXO II

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

76ª Semana Brasileira de Enfermagem

12 a 20 de maio de 2015

A enfermagem em defesa do SUS: construindo a 15ª Conferência Nacional de Saúde

Seção: _____

Regional: _____

Período de realização: _____

1. **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** (relatar cada atividade da programação seja elas, centrais ou descentralizadas – no interior e em parcerias com outras instituições).
2. **PARTICIPANTES** (em cada atividade)
3. **APOIO**
4. **DIFICULDADES ENCONTRADAS**
5. **FACILIDADES ENCONTRADAS**
6. **RESULTADOS ALCANÇADOS** (avaliação)
7. **SÍNTESE DAS DISCUSSÕES** (proposições)



8. IMPRESSÕES/SUGESTÕES DOS ORGANIZADORES (incluindo sugestões de temas para a 76ª SBEn, incluindo o valor agregado pelo debate promovido pelo tema da Semana)

Relatado por: _____

Coordenado Por: _____



ANEXO III

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

76ª Semana Brasileira de Enfermagem

12 a 20 de maio de 2015

A enfermagem em defesa do SUS: construindo a 15ª Conferência Nacional de Saúde

Atividade: _____

Data: _____ Horário: _____

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE



ANEXO IV

Modelo

LOGO DA ABEn, sem modificar sua arte (veja o arquivo no cabeçalho desse Caderno de Dicas)

Utilizar papel timbrado da Seção/Regional

Prezados Senhores,

A Associação Brasileira de Enfermagem, fundada em 1926, entidade civil, sem fins lucrativos, organizada em uma diretoria nacional, 24 seções estaduais e 18 regionais, tem como compromisso ético, político e técnico propor e defender políticas e programas de saúde que garantam o acesso universal e equânime aos serviços de saúde e, fundamentalmente, à assistência de Enfermagem.

Buscando cumprir este compromisso, entre as diversas atividades desenvolvidas anualmente pela ABEn, destacamos a organização da “Semana Brasileira de Enfermagem”, no período de 12 a 20 de maio de cada ano.

Em 2015, o tema central será desenvolvido, em todo o país, por meio de múltiplas atividades profissionais e culturais, para o conagraçamento da categoria, a atualização profissional e afirmação do compromisso social dos trabalhadores de Enfermagem com as necessidades de saúde da população brasileira e a implantação do SUS. Visando o sucesso da programação da 76ª SBEn da Seção..... é imprescindível contar com a sua parceria, reconhecidamente comprometida com a causa da enfermagem.

Assim, solicitamos seu apoio com

No aguardo de resposta, apresentamos nossas considerações.

Cordialmente,

Presidente da
ABEn-Seção

Coordenadora da 76ª SBEn